

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO

Edital nº 01/2007

DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

➤ Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de **01** a **05** relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder.

Pobre língua portuguesa

Já por mais de uma vez foi lembrado, neste espaço, o ensinamento de Aires da Matta Machado Filho, o observar que “o povo é quem faz a língua”. Há um fundamento democrático na lição filosófica do mestre Aires, desde que obedecidos certos preceitos, normas e consolidação dos neologismos, e o desuso de tantas outras expressões.

Dentro da tese do mestre Aires, é o imperialismo idiomático invadindo o país, de maneira agressiva e injustificável. É “breakfast” de manhã, “happy hour” à tarde e um “drive in” à noite.

Atualmente antes de estudar o português, a criança já nada de braçada no inglês. Vai daí que pouco a pouco está sendo estruturada uma nova linguagem, na qual os estrangeirismos se somam aos neologismos, tudo caminhando para formação de uma nova expressão idiomática.

Outro dia depois do “cooper” matinal, Belisário, de “training made in Brazil”, foi ao “shopping center”, acionou o “ticket” de entrada, e comprou um “i-point”, cujo “design” tanto o impressionou ao ver a letras garrafais “SALE”.

Pelas ruas e avenidas, o “out door” atrai e ilumina, enquanto nas residências a televisão se transformou em atentado ao pudor e aumento de mediocridade.

Houve uma época em que se tornaram famosas as frases de um ilustre professor mineiro e de um não menos ilustre magistrado: “Ao transpor os umbrais da minha alcova”, e por aí afora, até darmos de cara com o “pouco se me dá, que a azêmola claudique”, porque, “eu quero é acicatá-la”.

Nem tanto à terra, nem tanto ao mar nos ensinamentos da língua pátria. É alarmante o que se observa agora de anglicismos agredindo “a última flor do Lácio”. Os supermercados e as imobiliárias nos transmitem a impressão de que estamos nos Estados Unidos ou na Inglaterra, tamanha a quantidade de estrangeirismos utilizados para atrair os incautos. Há muitos casos em que a palavra correlata em português é tanto ou mais expressiva do que a inglesa.

Em nome do modismo, sacrifica-se a autenticidade da pobre língua portuguesa.

José Bento Teixeira de Salles. *Estado de Minas*, 17.08.2007

Questão 01

O texto transcrito aponta que:

- A) A mídia escrita agride a moral.
- B) As emissoras de rádio estimulam a preguiça intelectual.
- C) Os “out doors” acentuam a mediocridade.
- D) A mídia televisiva estimula a falta de pudor e torna o telespectador medíocre.

Questão 02

São possíveis títulos para esse texto, **EXCETO**:

- A) Agressão à língua portuguesa.
- B) Estrangeirismo.
- C) Língua culta.
- D) Imperialismo idiomático.

Questão 03

Qual das alternativas abaixo apresenta uma relação de sinonímia **INVERÍDICA**:

- A) alcova – quarto de dormir.
- B) incauto – inculto.
- C) acicatar – estimular.
- D) filologia – estudo da língua.

Questão 04

É correto afirmar que é objetivo do texto, **EXCETO**:

- A) Criticar o uso exagerado do estrangeirismo na língua portuguesa.
- B) Repreender a atitude dos comerciantes que se utilizam indiscriminadamente de palavras da língua inglesa para atrair os consumidores.
- C) Estimular o uso da linguagem hermética, arcaica.
- D) Alertar para o fato de que por mais que seja “o povo quem faz a língua”, o uso exacerbado de vocábulos estrangeiros agride a autenticidade da língua portuguesa.

Questão 05

O uso das aspas se justifica pelo mesmo motivo nas seguintes passagens do texto, **EXCETO**:

- A) É “breakfast” de manhã, “happy hour” à tarde e um “drive in” à noite. (2º parágrafo)
- B) Já por mais de uma vez foi lembrado, neste espaço, ensinamento de Aires da Matta Machado Filho, o observar que “o povo é quem faz a língua”. (1º parágrafo)
- C) É alarmante o que se observa agora de anglicismos agredindo “a última flor do Lácio” (7º parágrafo)
- D) “Ao transpor os umbrais da minha alcova”, e por aí afora, até darmos de cara com o “pouco se me dá, que a azêmola claudique”, porque, “eu quero é acicatá-la”. (6º parágrafo)

Questão 06

Complete a lacuna com a **OPÇÃO ADEQUADA**:

“Há um fundamento democrático na lição filosófica do mestre Aires, **desde que** obedecidos certos preceitos, normas e consolidação dos neologismos, e o desuso de tantas outras expressões.”

A locução conjuntiva destacada no período acima expressa uma relação _____ entre as orações constantes do referido período.

- A) causal
- B) condicional
- C) proporcional
- D) concessiva

Questão 07

Assinale a alternativa que contém **ERRO** de regência verbal:

- A) Não gosto de lembrar o passado.
- B) Consta dos autos que José não compareceu à audiência.
- C) É preciso obedecer às leis.
- D) Todos aspiram o progresso na vida.

Questão 08

Marque a opção em que o pronome oblíquo está **INDEVIDAMENTE** colocado:

- A) Logo que dezembro chegar, convidá-lo-ei para passar o natal com a gente.

- B) Em se tratando de registro público, todo cuidado é pouco.
- C) Vá em paz, disse o velho, se despedindo do andarilho.
- D) Coloquei-o de castigo, para que se comportasse melhor.

Questão 09

Assinale a opção **CORRETA** quanto à concordância verbal:

- A) Faz quinze anos que deixei o interior.
- B) Nunca deixará de existir reclamações sem qualquer fundamento.
- C) Mais de um convidado saíram mais cedo.
- D) Vossa Excelência decidiste com justiça.

Questão 10

Em todas as orações abaixo o núcleo do sujeito foi corretamente indicado entre parênteses, **EXCETO** em:

- A) “No ascender do verão acentua-se o desequilíbrio.” (desequilíbrio)
- B) “A operação, porém, e os seus efeitos que eram impacientemente aguardados, resultou inútil.” (operação)
- C) “Ressurge ao mesmo tempo, a fauna resistente da caatinga.” (fauna)
- D) “Fora de tais limites não há um exemplo único de extinção de secas.” (exemplo)

► Conhecimentos Gerais de Direito

Questão 11

É **CORRETO** afirmar que, na classificação dos serviços públicos, considera-se exclusivo da União manter:

- A) o serviço de alimentação.
- B) o serviço postal.
- C) o serviço de transportes.
- D) o serviço de saúde.

Questão 12

É **CORRETO** afirmar que os atos praticados pelos serviços Notariais e de Registros, à luz da Constituição da República, serão fiscalizados pelo:

- A) Poder Legislativo.
- B) Poder Executivo.

- C) Poder Judiciário.
- D) Tribunal de Contas

Questão 13

É **CORRETO** afirmar que, à luz do Código Penal, contrair alguém, sendo casado, novo casamento, cometerá crime de:

- A) Bigamia.
- B) Monogamia.
- C) Poliginia.
- D) Poliandria.

Questão 14

É **CORRETO** afirmar que, pelo princípio da anterioridade da lei tributária, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido:

- A) votada a lei que os instituiu ou aumentou.
- B) discutida a lei que os instituiu ou aumentou.
- C) apresentada a lei que os instituiu ou aumentou.
- D) publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Questão 15

É **INCORRETO** afirmar que são pessoas absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os menores de 16 (dezesesseis anos).
- B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

Questão 16

Analise estas afirmativas sobre quando cessará, para os menores, a incapacidade e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () pelo casamento.
-)
- () pela colação de grau em curso de ensino superior.

)
(pelo exercício de emprego público transitório.
)

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 17

Analise estas afirmativas sobre os requisitos para a validade do negócio jurídico e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

(agente capaz.
)
(objeto lícito, possível, indeterminado ou determinável.
)
(forma prescrita ou defesa em lei.
)

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (F)
- D) (V) (F) (V)

Questão 18

Analise estas afirmativas sobre os bens que, para efeitos legais, são considerados imóveis e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

(os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
)
(o direito à sucessão aberta.
)
(o direito à sucessão aberta.
)

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (F) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 19

Analise estas afirmativas sobre quem poderá fazer por escrito o seu protesto, em petição dirigida ao juiz, requerendo que do mesmo se intime a quem de direito e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- (Todo aquele que desejar prevenir responsabilidade.
)
- (Todo aquele que desejar prover a conservação e ressalva de seus
) direitos.
- (Todo aquele que desejar manifestar qualquer intenção de modo formal.
)

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (V) (V)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 20

Analise estas afirmativas sobre os documentos que fazem a mesma prova que os originais, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- (os traslados e as certidões extraídas por plagiário, de instrumentos ou
) documentos lançados em suas notas.
- (os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos
) ou documentos lançados em suas notas.
- (as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por
) oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (F)
- D) (V) (V) (F)

► **Conhecimentos Gerais de Direitos Notarial e de Registro**

INSTRUÇÃO: Nas questões de 21 a 30 marque a opção **CORRETA**.

Questão 21

Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a:

- A) Publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- B) Publicidade, eficiência, eficácia e segurança dos atos jurídicos.
- C) Publicidade, autogestão, segurança e eficiência dos atos jurídicos.
- D) Publicidade, veracidade, impessoalidade e eficácia dos atos jurídicos.

Questão 22

De acordo com o respectivo Estatuto Profissional, os titulares de serviços notariais são denominados:

- A) Notários ou oficiais de protestos.
- B) Tabeliães de protestos de títulos e oficiais de notas.
- C) Tabeliães de notas ou notários.
- D) Tabeliães, oficiais de contratos marítimos e de distribuição.

Questão 23

Oficial de Registro é a denominação dada:

- A) aos delegatários, habilitados por concurso público de provas e títulos e devidamente nomeados pelo Governador do Estado que registram instrumentos, reconhecem firmas e autenticam cópias.
- B) aos titulares dos serviços de registro civil de pessoas naturais, interdições e tutelas, registro civil de pessoas jurídicas, registro de títulos e documentos, registro de imóveis, registro de distribuição e registro de contratos marítimos.
- C) àqueles que, de conformidade com a legislação concernente aos registros públicos, competem formalizar juridicamente a vontade das partes.
- D) aos titulares de serviços do extrajudicial encarregados de protocolar os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação,

intimar os devedores para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.

Questão 24

Extingue-se a delegação, entre outras causas, pela:

- A) renúncia pura e simples.
- B) aposentadoria compulsória.
- C) renúncia sob condição ou termo.
- D) perda em virtude de sentença judicial sujeita ao reexame necessário.

Questão 25

Uma vez determinada a extinção da delegação, é competente para declarar a vacância e designar o substituto mais antigo para responder pelo expediente dos serviços notariais e de registro:

- A) o Governador do Estado.
- B) o Conselho Nacional de Justiça.
- C) a Corte Superior do Tribunal de Justiça.
- D) o Corregedor-Geral de Justiça.

Questão 26

No exercício de suas atribuições, os notários e oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato:

- A) repreensão; multa; suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30; perda da delegação.
- B) advertência; multa; suspensão por 60 dias, prorrogável por mais 30; perda da delegação.
- C) repreensão; multa; suspensão por até 120 dias; demissão; perda da delegação; cassação de aposentadoria e de disponibilidade.
- D) repreensão; multa; suspensão por até 120 dias improrrogáveis; demissão; cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Questão 27

Quanto ao processo de dúvida relativo à matéria de registros públicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) Compete seu julgamento ao juiz de Registros Públicos da comarca, mediante prévia distribuição, tal como prevê a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais.

- B) Compete seu julgamento ao juiz Diretor do Foro da comarca, tal como prevê a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais.
- C) A espécie administrativa em que se enquadra a dúvida mostra-se compatível com a produção de prova testemunhal, interposição de recurso de agravo e o alcance das coisas julgadas formal e material.
- D) O oficial registrador, na condição de sujeito ativo, suporta a condenação de custas e honorários advocatícios de sucumbência, na hipótese de sentença que a julgar improcedente.

Questão 28

A Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015, de 1973) prevê que:

- A) Exigência fiscal ou dúvida poderá obstar a apresentação de um título e o seu lançamento no Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.
- B) O registro civil de pessoas naturais poderá ser diferido caso não consumado no horário regulamentar, ficando sua lavratura adiada para o dia seguinte, com preferência.
- C) Segundo o princípio da instância ou da demanda o oficial registrador pode em regra atuar de ofício independentemente de ordem judicial ou de requerimento verbal ou escrito dos interessados.
- D) O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis, à exceção do registro civil de pessoas naturais, que funcionará todos os dias, sem exceção, cominando pena de nulidade absoluta do registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente e impondo responsabilidade civil e criminal ao oficial que der causa à nulidade.

Questão 29

Quanto ao princípio da continuidade dos registros públicos:

- A) É princípio de ordem pública que admite flexibilização e como tal cede diante da lei civil na tutela do terceiro de boa-fé.
- B) Trata-se de princípio de ordem pública e natureza cogente, que se apóia no de especialidade, a impor um perfeito encadeamento entre os dados constantes nos registros anteriores, no atual e nos subseqüentes, condicionando a lavratura de novo assento à prévia apresentação de título anterior exigido por lei.
- C) É princípio de ordem pública e natureza cogente que repousa na necessidade de fazer com que o registro reflita com a maior fidelidade possível a realidade jurídica, aplicável somente no registro de imóveis.

- D) Em casos excepcionais admite, falecido o titular do domínio do imóvel, a venda ou a constituição de hipoteca pelo herdeiro único, sem que antes registre a carta de adjudicação do imóvel.

Questão 30

Princípio da especialidade do registro público implica:

- A) Exigir a perfeita e correta identificação de tudo o que se lança no registro, o que abrange o objeto do direito real sobre o qual recai o negócio jurídico, incluindo o direito obrigacional objeto da garantia, e a completa individuação dos sujeitos da avença, mas sua aplicação é exigência exclusiva do registro de imóveis.
- B) Impedir o registro de título através do qual se faça alienação de imóvel *ad corpus* (art. 500, § 3º, do Código Civil de 2002).
- C) Exigir a perfeita e correta identificação de tudo o que se lança no registro, o que pode abranger o objeto do direito real sobre o qual recai o negócio jurídico, incluindo o direito obrigacional objeto da garantia, no que concerne a seu montante, juros, prazo e condições de pagamento, bem como a completa individuação dos sujeitos da avença, servindo, portanto, de indispensável apoio aos princípios da continuidade e da prioridade.
- D) Assegurar a constituição de direitos, seja quanto à situação jurídica do imóvel, seja no que concerne a sua situação de fato, isto é, os dados de fato incluídos na sua descrição, entre os quais os concernentes à área.

► Registro Civil das Pessoas Naturais

Questão 31

Podem ser levados a registro, **EXCETO**:

- A) os nascimentos.
- B) os óbitos.
- C) as interdições.
- D) os acidentes automobilísticos em que haja deformação física de eventual vítima.

Questão 32

Serão averbados, **EXCETO**:

- A) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento.
- B) as emancipações.
- C) as alterações ou abreviaturas de nomes.
- D) as sentenças que decidirem o restabelecimento da sociedade conjugal.

Questão 33

Todo nascimento deverá ser registrado, quando:

- A) ocorrer no território brasileiro, no lugar da residência dos avós.
- B) ocorrer no território brasileiro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, no prazo de 30 dias.
- C) ocorrer no território brasileiro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, no prazo de 15 dias.
- D) ocorrer no estrangeiro, no prazo de até 3 meses.

Questão 34

São obrigados a fazer a declaração de nascimento, **EXCETO**:

- A) o pai.
- B) em falta ou impedimento do pai, a mãe.
- C) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, mesmo sendo menor, porém achando-se presente.
- D) os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras que tiverem assistido o parto.

Questão 35

São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, **EXCETO**:

- A) os maiores de dezoito anos.
- B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- C) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- D) os pródigos.

Questão 36

O casamento civil pode ser dissolvido:

- A) após separação judicial por três anos.
- B) após comprovada separação de fato por cinco anos.
- C) após separação judicial por um ano.
- D) após separação judicial por dois anos.

Questão 37

O pedido de conversão da separação judicial em divórcio **NÃO** será deferido quando ocorrer:

- A) falta do decurso de um ano da separação judicial e descumprimento das obrigações assumidas pelo requerente na separação.
- B) falta do decurso de um ano da separação judicial.
- C) falta do decurso de três anos da separação judicial e descumprimento das obrigações assumidas pelo requerente na separação.
- D) falta do decurso de um ano da separação de fato e descumprimento das obrigações assumidas pelo requerente na separação.

Questão 38

Para o reconhecimento de sua paternidade:

- A) o filho maior e capaz deve dar seu consentimento.
- B) não haverá necessidade do consentimento do filho maior.
- C) o filho relativamente incapaz deve dar seu consentimento.
- D) o filho absolutamente incapaz por menoridade deve dar seu consentimento.

Questão 39

Segundo a Lei n. 8.560, de 1992, o Ministério Público poderá propor ação de investigação de paternidade em face do suposto pai mesmo contra a vontade da mãe?

- A) não, pois deve prevalecer a vontade da mãe, uma vez que tal ação poderá denegrir sua imagem na sociedade.
- B) não, pois o Ministério Público deve ter anuência da mãe para propor a ação, como condição de procedibilidade para propô-la.
- C) sim, pois o Ministério Público é independente.
- D) sim, pois a paternidade diz respeito diretamente ao princípio da dignidade humana do filho menor, sendo dever do Ministério Público defender a concretização dos direitos fundamentais.

Questão 40

As relações **NÃO** eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem:

- A) namoro.
- B) concubinato.
- C) união estável.
- D) casamento religioso.

► Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Questão 41

Em sede de nulidades, é **INCORRETO** afirmar que o negócio jurídico é nulo quando:

- A) for celebrado por pessoa enferma sem o necessário discernimento para a prática do ato.
- B) não for revestido da forma prescrita em lei.
- C) praticado em simulação.
- D) praticado em fraude contra credores.

Questão 42

Sobre o fato jurídico, é **INCORRETO** afirmar que não se exige para sua comprovação uma forma especial, podendo ser demonstrado através de:

- A) presunção.
- B) costumes.
- C) confissão.
- D) perícia.

Questão 43

Considerando os contratos de compra e venda, é **INCORRETO** afirmar:

- A) ficam sem efeito se a coisa futura deixa de existir, salvo o caso de ser o contrato aleatório.
- B) não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- C) os riscos da coisa correm por conta do comprador, em sendo pago o preço antes da tradição.
- D) é lícita sua realização entre os cônjuges com relação aos bens excluídos da comunhão.

Questão 44

Sobre o penhor de direitos e títulos de crédito, é **INCORRETO** afirmar:

- A) constitui-se mediante o instrumento público ou particular realizado entre as partes, sobre coisas móveis.

- B) para ter eficácia o penhor de crédito pressupõe a notificação do devedor.
- C) o titular do crédito empenhado só pode receber o pagamento com a anuência do credor pignoratício.
- D) estando vencido o crédito pignoratício tem direito o credor de excutir a coisa a ele entregue.

Questão 45

Sobre o contrato de empreitada, é **INCORRETO** afirmar:

- A) não se extingue o contrato pela morte de qualquer das partes, salvo se para a conclusão do negócio levou-se em conta o caráter *intuitu personae*.
- B) não pode o empreiteiro da obra suspendê-la no caso de se tornar excessivamente onerosa, mesmo que o dono da obra se oponha a reajustar o preço.
- C) decai o dono da obra do direito de reclamar contra a solidez da obra no prazo de 180 dias a contar do aparecimento do vício ou do defeito.
- D) se o empreiteiro só fornece a mão-de-obra, todos os riscos quanto aos materiais correm por conta do dono, salvo culpa daquele.

Questão 46

Sobre as sociedades, é **CORRETO** afirmar que haverá sua dissolução quando:

- A) houver consenso da maioria absoluta dos sócios.
- B) houver deliberação à unanimidade dos sócios, na sociedade de prazo indeterminado.
- C) expirar a autorização para funcionar, segundo o que dispuser a lei.
- D) se mantiverem na forma unipessoal por mais de noventa dias.

Questão 47

Considerando os grupos de personificação anômala, é **CORRETO** afirmar que tem personalidade jurídica:

- A) o espólio.
- B) a família.
- C) o condomínio.
- D) a cooperativa.

Questão 48

Considerando os atos a serem apresentados no Serviço de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar ser necessário para surtir efeitos em relação a terceiros o registro de:

- A) cartas de fiança em geral.
- B) contratos de compra e venda com reserva de domínio, referentes a bens móveis.
- C) contrato de locação com cláusula de vigência para a hipótese de alienação.
- D) instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.

Questão 49

Considerando a obrigação de se manter os livros exigidos no Registro de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar ser necessário:

- A) o Livro A para o protocolo de apontamento dos títulos, documentos e papéis apresentados.
- B) o Livro C para inscrição, por extração, de títulos e documentos.
- C) o Livro D para indicação real e pessoal, substituível pelo sistema de fichas.
- D) o Livro B para transladação integral de títulos e documentos, conservação e validade.

Questão 50

Sobre o registro de títulos, documentos e papéis no Registro de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) o cancelamento do registro só pode se dar em virtude de sentença.
- B) as certidões de registro integral do título têm o mesmo valor probante do original.
- C) é obrigatória a notificação de terceiros ou de quem for indicado pelo apresentante, quanto ao registro ou averbação do título efetivados, se este último assim o requerer.
- D) a apresentação de um título, documento ou papel para registro ou averbação não representa para o apresentante direito sobre o mesmo, desde que não seja o próprio interessado.

► Registro de Imóveis

Questão 51

A Lei Federal n. 6.015, de 1973, que “dispõe sobre os Registros Públicos”, regula os serviços:

- A) de Tabeliães de Notas; de Tabeliães e Oficiais de Registros de Contratos Marítimos; de Tabeliães de Protesto de Títulos; de Oficiais de Registro de

Imóveis; de Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas; de Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas; de Oficiais de Registro de Distribuição.

- B) de Registro Civil de Pessoas Naturais; de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; de Registro de Títulos e Documentos; e de Registro de Imóveis.
- C) de Registro Civil de Pessoas Naturais; de Registro de Interdições e Tutelas; de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas; de Registro de Imóveis; de Registro de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívidas.
- D) de Tabeliães de Notas; de Oficiais de Protesto de Títulos; de Oficiais de Registro de Imóveis; de Oficiais de Registro de Títulos e Documentos; de Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais e Jurídicas; de Oficiais de Registro de Distribuição.

Questão 52

Para escrituração no Registro de Imóveis a Lei Federal n. 6.015, de 1973, prevê os seguintes livros:

- A) **1** – Protocolo; **2** – Registro Geral; **3** – Registro Auxiliar; **4** – Indicador Real; **5** – Indicador Pessoal.
- B) **1** – Protocolo; **2** – Matrículas; **3** – Registro Geral – **4** – Fichário Real; **5** – Fichário Pessoal; **6** – Bloqueio de Registros e Matrículas.
- C) **1** – Matrículas e Registros; **2** – Prenotação; **3** – Registro Auxiliar; **4** – Índice de Imóveis; **5** – Índice de Pessoas; **6** - Bloqueio de Matrículas.
- D) **1** – Protocolo; **2** – Matrículas e Registros Gerais; **3** - Registros Diversos; **4** - Indicador Real; **5** – Indicador Pessoal; **6** – Registros de Loteamentos; **7** – Registro de Cédulas de Crédito; **8** – Livro Talão.

Questão 53

No Registro de Imóveis faz-se o apontamento dos títulos:

- A) no Livro 2 – Títulos sujeitos a protesto.
- B) no Livro 1 – Prenotação.
- C) no Livro 1 – Apontamentos.
- D) no Livro 1 – Protocolo.

Questão 54

Protocolizado o título, qual o prazo previsto pela Lei n. 6.015, de 1973, para se proceder ao registro?

- A) 5 dias corridos.
- B) 5 dias úteis.

- C) 1 semana.
- D) 30 dias.

Questão 55

Pela Lei n. 6.015, de 1973, a apresentação de título a registro e/ou averbação pode ser feita:

- A) apenas pelas pessoas juridicamente interessadas.
- B) por qualquer pessoa.
- C) apenas por quem figure no título como adquirente ou como transmitente; ou como credor ou como devedor; ou como interveniente.
- D) apenas pelos despachantes e/ou procuradores.

Questão 56

De acordo com a Lei n. 8.935, de 1994, o exercício da atividade Notarial e de Registro é:

- A) acumulável com cargo público de provimento em comissão, mediante prévia autorização do Juiz Diretor do Foro.
- B) compatível com a advocacia, desde que exercida em comarca diversa daquela para a qual recebeu a delegação.
- C) incompatível com a advocacia, e com qualquer cargo, emprego ou função públicos.
- D) compatível com o exercício de mandato eletivo.

Questão 57

A Lei n. 4.591, de 1964:

- A) foi revogada pela Constituição de 1988.
- B) foi revogada pelo novo Código Civil, de 2002.
- C) rege as incorporações imobiliárias em todo o território nacional.
- D) disciplina as incorporações de imóveis na formação do capital das sociedades civis e comerciais.

Questão 58

Na forma da Lei n. 6.766, de 1979, o parcelamento do solo urbano:

- A) após o registro, será submetido à aprovação municipal, ou do Distrito Federal, no prazo de 180 dias, sob pena de caducidade do registro.

- B) após a aprovação do projeto, pelos órgãos competentes, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário, no prazo de 180 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- C) poderá ser feito por escritura pública, que deverá ser apresentada a registro no prazo de 30 dias após sua lavratura, sob pena de caducidade; comunicando-se o registro à Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal, conforme o caso.
- D) deverá ser aprovado em 180 dias, pela Prefeitura do Município ou do Distrito Federal, conforme o caso, apresentando-se a registro em 30 dias, sob pena de caducidade.

Questão 59

Considera-se constituído o "Patrimônio de afetação":

- A) com a lavratura da respectiva escritura pública em tabelionato de Notas.
- B) com o registro da escritura, que o houver constituído, no Registro de Imóveis.
- C) mediante averbação de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.
- D) pelo registro do processo de incorporação imobiliária, no Registro de Imóveis.

Questão 60

Quando um imóvel for considerado de interesse histórico a Lei Municipal poderá autorizar:

- A) a transferência, por decreto, do direito de construir a área excedente em outro imóvel do mesmo proprietário.
- B) o proprietário a alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou na legislação urbanística dele decorrente.
- C) a decretação de sua inalienabilidade, ficando vedada qualquer modificação ou aumento da área construída.
- D) que o imóvel seja considerado área "non edificandi".

► Tabelionato de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívidas

Questão 61

Sobre a desistência e a sustação do protesto, é **CORRETO** afirmar que:

- A) o título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial.
- B) antes da lavratura do protesto, o apresentante não poderá retirar o título ou documento de dívida, mesmo quando pagos emolumentos e demais despesas.
- C) tornada definitiva a ordem judicial de sustação do protesto, os títulos ou documentos de dívida são, obrigatoriamente e em qualquer hipótese, remetidos ao juízo competente que determinou tal medida para que sejam juntados aos autos do processo ou arquivados perante o citado juízo.
- D) revogada a ordem de sustação de protesto, há necessidade de se promover nova intimação do devedor para que possa o mesmo requerer expressamente a lavratura do protesto e a sua efetivação.

Questão 62

Quando o tabelião de protesto não conservar em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida, pode-se dizer, sobre o registro do protesto, que em seu instrumento deverá conter, dentre outros dados, **EXCETO**:

- A) nome, número do documento de identificação do credor e endereço.
- B) data e número de protocolização.
- C) certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas.
- D) a aquiescência ao portador do aceite por honra.

Questão 63

Sobre as certidões e informações do protesto, é **CORRETO** afirmar que:

- A) o tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, que abrangerão o período mínimo dos 05 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
- B) nos casos de homonímia que puder ser verificada pelo confronto do número de documentos de identificação, o tabelião de protesto somente poderá expedir certidão negativa após autorização judicial.
- C) nas certidões expedidas pelo tabelião de protesto sempre deverão constar os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados.
- D) poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito.

Questão 64

O prazo para o registro do protesto é de 03 (três) dias:

- A) corridos, contados da protocolização do título ou do documento de dívida incluindo-se o dia da protocolização e excluindo-se o do vencimento.
- B) úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida, incluindo-se o dia da protocolização e excluindo-se o do vencimento.
- C) úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida, excluindo-se o dia da protocolização e incluindo-se o do vencimento.
- D) úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida, excluindo-se o dia da protocolização e incluindo-se o do vencimento.

Questão 65

São tradicionalmente reconhecidos como requisitos essenciais ou ordinários dos títulos de crédito, **EXCETO**:

- A) Cartularidade.
- B) Abstração.
- C) Autonomia.
- D) Literalidade.

Questão 66

Sobre o aval dado em títulos de crédito, é **CORRETO** afirmar que:

- A) o aval poderá ser parcial.
- B) o pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada, não pode ser garantido por aval.
- C) para a validade do aval, dado no aversverso do título, não é suficiente a existência de simples assinatura do avalista.
- D) o aval posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.

Questão 67

Sobre o endosso dado em títulos de crédito, é **CORRETO** afirmar que:

- A) a aquisição de título à ordem, por meio diverso do endosso, tem efeito de cessão civil.
- B) o endosso posterior ao vencimento não produz os mesmos efeitos do anterior.
- C) as cláusulas constitutivas de penhor, lançadas no endosso, não conferem ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título.
- D) o endosso poderá ser parcial.

Questão 68

É **CORRETO** afirmar:

- A) na forma da lei civil, quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- B) o devedor aos juros de mora não é obrigado a pagá-los, quando não for alegado prejuízo pelo credor de dívidas em dinheiro.
- C) via de regra, são válidas e lícitas as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira.
- D) o devedor não pode reter o pagamento de prestação quando o credor não lhe der quitação regular.

Questão 69

São modalidades das obrigações definidas expressamente pelo Código Civil Brasileiro, **EXCETO**:

- A) de dar.
- B) de fazer.
- C) de uso.
- D) solidárias.

Questão 70

Quanto ao adimplemento e extinção das obrigações é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- B) só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.
- C) a simples entrega do título ao devedor não firma presunção de pagamento.
- D) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.

► Tabela de Notas

Questão 71

O contrato de locação foi apresentado no Tabelionato de Notas para reconhecimento das firmas das partes contratantes e das testemunhas. Compareceram pessoalmente a locatária e as testemunhas. O locador, que já era cadastrado no Tabelionato, não compareceu. Mas a locatária, preocupada, insistiu no reconhecimento de todas as assinaturas.

Nesse caso, o tabelião, em conformidade com as normas legais, fará o reconhecimento das assinaturas:

- A) por semelhança a do vendedor, que não compareceu, e por autenticidade as dos demais, já que presentes.
- B) por semelhança a do vendedor, declarando a causa e os motivos de seu não comparecimento, e por autenticidade as dos demais.
- C) de todos por autenticidade, à exceção da do vendedor, a qual deverá ele se recusar a reconhecer.
- D) de todos por autenticidade, uma vez que o vendedor, além de possuir cadastro, é conhecido pessoalmente pelo tabelião, podendo este assumir o risco de fazê-lo desta forma.

Questão 72

Tendo em vista o princípio da territorialidade aplicável ao tabelião de notas na forma da Legislação Federal, considere as assertivas abaixo:

- I. O interessado pode escolher o tabelião de notas para lavratura de qualquer ato notarial, independentemente do local de sua residência.
- II. Em caso de doação de bens imóveis, não importa a localização deles para determinar a competência do notário.
- III. O tabelião poderá praticar atos de seu ofício em qualquer cidade da mesma região metropolitana e independentemente dos limites territoriais dos municípios.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I.
- D) Apenas I e II.

Questão 73

Nos termos da Lei n. 8.935, de 1994, o escrevente de um Tabelionato de Notas poderá praticar apenas

- A) reconhecimentos de firmas, por semelhança.

- B) autenticações de cópias extraídas no Tabelionato.
- C) reconhecimentos de firmas, de quaisquer espécies.
- D) os atos que o notário autorizar, expressamente.

Questão 74

Dispondo a Lei n. 8.935, de 1994, que a responsabilidade criminal por ato próprio da serventia praticado por preposto de serviço notarial será individualizada, conclui-se que:

- A) tanto o tabelião quanto o seu preposto responderão criminalmente pelo ato.
- B) somente o tabelião, como empregador, responderá penalmente.
- C) a individualização prevista no caput não exime os notários de sua responsabilidade civil.
- D) o tabelião responderá civilmente, e o preposto, criminalmente, não cabendo direito de regresso no caso de dolo ou culpa do preposto.

Questão 75

O tabelião, em seu próprio Tabelionato, poderá promover a lavratura de atos de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta ou na colateral, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, desde que:

- A) ele exija representação dessas pessoas, por procuração pública.
- B) os atos notariais sejam firmados por seu substituto legal.
- C) ela seja precedida de autorização judicial expressa.
- D) os atos notariais sejam subscritos por colega tabelião da mesma cidade.

Questão 76

Considere os itens abaixo sobre um imóvel urbano que tenha descrição e caracterização em certidão do Registro de Imóveis:

- I. Número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis.
- II. Rua, Bairro e Estado onde se situa o imóvel.
- III. Nome dos confrontantes do imóvel.
- IV. Designação cadastral.

Quais deles poderá o tabelião se limitar a declarar na identificação desse imóvel em escritura pública, de acordo com a Lei n. 7.433, de 1985, e seu regulamento?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.

- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas I.

Questão 77

Pode um documento não totalmente preenchido ser apresentado à Serventia e ter a assinatura de seu autor reconhecida por semelhança?

- A) **Não**, de acordo com o Provimento n. 54/78 da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) **Sim**, desde que seja documento dirigido a particulares.
- C) **Sim**, se for um documento público oficial.
- D) **Sim**, de acordo com o Provimento n. 54/78 da Corregedoria-Geral de Justiça.

Questão 78

Tabelião de notas de **Fortuna de Minas** foi procurado por comprador de imóvel localizado em **Belo Horizonte**, para fazer a escritura definitiva de imóvel objeto de contrato particular, não registrado. O tabelião, alegando razões éticas e normativas, negou-se a atender a solicitação.

Dentre as justificativas propostas abaixo, assinale a **CORRETA**:

- A) Não poderia o tabelião de **Fortuna de Minas** lavrar escritura de imóvel localizado fora de sua circunscrição territorial.
- B) Como o contrato particular não era registrado, o tabelião está correto em não lavrar o instrumento.
- C) Não poderia a escritura ser lavrada e assinada através do Tabelionato de **Fortuna de Minas**, pois esse Tabelionato não poderia colher as assinaturas em **Belo Horizonte**, local de residência dos vendedores, que não só se recusavam a ir a **Fortuna de Minas** para assinar o instrumento, mas também se negavam a outorgar procuração para tal fim.
- D) A mulher do vendedor é irmã do tabelião de **Fortuna de Minas**, razão pela qual ele não poderia nem mandar lavrar a escritura por um substituto seu.

Questão 79

Para o reconhecimento de firma por autenticidade nos termos do Provimento n. 54/78, da Corregedoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Código de Processo Civil, é **INDISPENSÁVEL**:

- A) que o signatário do documento apresente duas testemunhas que declarem que a assinatura aposta no documento realmente é a do seu autor.
- B) que o autor seja conhecido ou identificado pelo tabelião de Notas e assine o documento na sua presença.

- C) que haja o cartão de autógrafos depositado na Serventia para a devida conferência.
- D) que o autor informe pessoalmente ao Tabelião da natureza e conteúdo do documento por ele assinado.

Questão 80

Tendo em vista o disposto na Instrução n. 192/90 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, considere as assertivas abaixo:

- I. O Tabelião não está obrigado a descrever e caracterizar nos escritos públicos os imóveis urbanos, desde que tais elementos constem da transcrição.
- II. A procuração, salvo cláusula expressa, não tem prazo de validade. Entretanto, passados 30 (trinta) dias da sua outorga ou da expedição do traslado, poderá o notário, onde está sendo lavrado o ato, exigir certidão do Distribuidor do Foro da comarca da situação do imóvel, ou do Cartório onde foi passado o instrumento público do mandado, dando conta de que não foi ele revogado ou anulado.
- III. Nas escrituras públicas de cessão de direito hereditário deverá o Tabelião consignar que a cessão compreende o quinhão ou quota ideal dos bens que vierem a tocar ao cedente, bem como as dívidas do espólio, até as forças da herança.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Todas.